

## Derrubando muralhas



Articulista  
**Junji Abe**

Junji Abe é líder rural, foi deputado federal e prefeito de Mogi das Cruzes (2001-2008)

A falta de segurança sempre desponta entre as questões que concentram o maior clamor popular por solução. Em Mogi das Cruzes, não é diferente. O que mudou foi a maneira de lidar com o problema. Por muito tempo, os prefeitos se esconderam sob o argumento de que a segurança pública cabe ao governo estadual. De fato, é uma atribuição de competência do Estado. Mas, o combate à violência exige a conjugação de esforços do poder público, nas três

esferas, e da sociedade. Assim que assumimos a Prefeitura, em 2001, tratamos de combater a violência trabalhando com duas frentes básicas e simultâneas: programas sociais e segurança pública. A primeira abrangia políticas ativas de inclusão social pautadas pelo incentivo à cidadania, estímulo à cultura e aos esportes, geração de emprego e renda e assistência social. A segunda incluiu uma série de investimentos. Numa iniciativa inédita na história da Cidade, criamos a Central Integrada de Emergências Públicas (Ciemp), com câmeras de monitoramento que operam em locais estratégicos e, a partir da atuação integrada com as polícias, contribuem para reduzir a criminalidade.

Já havíamos criado a Guarda Municipal, dotada de viaturas e motos, além de investir pesado em iluminação pública e implantar a Lei Seca, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas após a meia-noite, com repercussão direta na

redução de crimes, contribuindo até para diminuir conflitos domésticos.

A Prefeitura respondeu, por exemplo, pelas novas instalações da Delegacia de Defesa da Mulher. Também atuou para implantar o CPAM-12 e a Delegacia do Idoso. Além disso, banca gratificação mensal para policiais civis e militares, assim como locações, telefones, energia elétrica, combustível, reformas prediais e manutenção de viaturas dos órgãos de segurança.

Apesar de o policiamento ser uma obrigação do Estado, a Prefeitura não pode e nem deve se furtar da responsabilidade de atuar na prevenção da violência. Foi assim que a população deu a ordem geral para a derrubada da muralha de atribuições em prol do interesse comum. Todas essas iniciativas foram cultivadas e ampliadas, assim como inspiraram outras ações, nas gestões do meu sucessor Marco Bertaiolli (PSD). E é assim que deve ser. Portanto, o trabalho deve continuar evoluindo a partir de 2017, sob a batuta do prefeito Marcus Melo (PSDB). O bem-estar coletivo extrapola os limites dos espaços públicos para semear o convívio harmonioso nos lares. É preciso cultivar esse conceito em cada indivíduo. Aí reside o dever das políticas públicas. Assim, de ponto a ponto, de lar em lar, a sociedade evoluirá em qualidade de convívio, com sensação de segurança e segurança de verdade.

*O combate à  
violência exige a  
conjugação de  
esforços do poder  
público, nas 3 esferas*